



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA RELATORA ROSA WEBER  
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6290**

**REQTE.(S): CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRABALHADORES POLICIAIS  
CIVIS – COBRAPOL**

**INTDO.(A/S): GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**

**LEI DO ESTADO DE SÃO PAULO Nº 17.205 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019**

**REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – RPV**

**ARTIGO 100 § 4º NOVA REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº  
62/2009**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS – CNSP**, representada pelo seu Presidente AntonioTuccilio, e  
**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO  
– ANSJ**, representada pelo seu Presidente José Gozze, neste ato representadas  
pelo **Dr. JULIO BONAFONTE**, vem respeitosamente à presença de Vossa  
Excelência, em aditamento ao pedido de admissão de "amicus curiae", oferecer  
elementos instrutórios jurisprudenciais para julgamento do mérito da ADI em referência,  
no que se refere as Requisições de Pequeno Valor – RPV.



A questão das Requisições de Pequeno Valor – RPV, objeto desta Ação Direta de Inconstitucionalidade, de sua relatoria, em questões idênticas já foram objeto de recentes decisões no Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual, trazemos à colação para alicerçar o convencimento de seu voto, destacando-se a ADI 5100 de Santa Catarina – Relator Ministro Luiz Fux – data de 27/04/2020, inclusive com trânsito em julgado em 22/05/2020, certidão que ora se junta e a recentíssima decisão no Recurso Extraordinário nº 729.107 – Distrito Federal – Relator Ministro Marco Aurélio, de 08/06/2020, **ambas com voto vencedor de Vossa Excelência**, a seguir reproduzidas:

**ADI 5100 - SANTA CATARINA (DOC. 1)**

**RELATOR: LUIZ FUX**

REQTE.(S) CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS  
ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB

INTDO.(A/S) GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA

**TRÂNSITO EM JULGADO EM: 22/05/2020**

*"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. ARTIGOS 1º E 2º DA LEI 15.945/2013 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. REDUÇÃO DO TETO DAS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA 10 (DEZ) SALÁRIOS MÍNIMOS. A VIGÊNCIA DO REGIME ESPECIAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS PREVISTO NO ARTIGO 97 DO ADCT NÃO SUSPENDEU A COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS PARA ALTERAR O TETO DAS REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE VALOR INFERIOR AO DO ARTIGO 87 DO ADCT PARA AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, SEGUNDO A CAPACIDADE ECONÔMICA DOS ENTES FEDERADOS. JUÍZO POLÍTICO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE IRRAZOABILIDADE. APLICAÇÃO DA REDUÇÃO DO TETO DAS*



REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR ÀS CONDENAÇÕES JUDICIAIS JÁ TRANSITADAS EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À SEGURANÇA JURÍDICA. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO. (...)"

Publicado em 14/05/2020

## RE 729.107 – DISTRITO FEDERAL

RECTE.(S) SINDICATO DOS SERV. PÚBLICOS CIVIS DA ADM.DIR AUT.FUND. E TCDF

RECDO.(A/S) DISTRITO FEDERAL

Data da publicação: 17/06/2020



O STF Presidência Estatística Processos Repercussão Geral Jurisprudência Publicações Biblioteca Transparência In

Rádio Justiça

Banco de Imagens

Agenda dos Ministros

Agenda do Presidente

STF no YouTube

STF no Twitter

Reprodução de Conteúdo

Política de Uso de Redes Sociais

PÚBLICO

Informações Partes Andamentos Decisões Sessão virtual Deslocamentos

Petições Recursos Pautas

13/06/2020

Juntada

Certidão de Julgamento da Sessão Virtual

08/06/2020

Julgado mérito de tema com repercussão geral

Decisão de Julgar

TRIBUNAL PLENO - SESSÃO VIRTUAL. O Tribunal, por unanimidade, apreciando o tema 792 da repercussão geral, deu provimento ao recurso extraordinário para assentar a viabilidade da execução controvertida neste processo mediante o sistema que exclui o precatório, nos termos do voto do Relator. Foi fixada a seguinte tese: "Lei disciplinadora da submissão de crédito ao sistema de execução via precatório possui natureza material e processual, sendo inaplicável a situação jurídica constituída em data que a anteceda". O Ministro Alexandre de Moraes deu provimento ao recurso e estabeleceu tese diversa. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Dias Toffoli (Presidente), Plenário, Sessão Virtual de 29.5.2020 a 5.6.2020.



É de fundamental importância que as decisões supracitadas, reafirmam de forma cristalina que é devida a rigorosa obediência ao **trânsito em julgado do mérito** para fins de pagamento, observando o valor vigente à época, ou seja, quando da data anterior a redução operada pela nova lei, no caso do Estado de São Paulo, antes de 07/11/2019.

Ao ratificar todo o contido no pedido de admissão como "amicus curiae"/ASSISTENTE em 07/01/2020 requer-se ainda a inclusão deste Advogado nas publicações com a garantia de manifestações, bem como a sustentação oral, nos termos do R.I.S.T.F. e artigo 3º da Resolução nº 388/2005.

Nestes Termos,  
P. Deferimento.

São Paulo, 19 de junho de 2020

**JULIO BONAFONTE**

**OAB/SP 123.871**